

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, com a CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA AFINS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICA DENOMINADA CONTONO SUL NA PR - 281 DE DOIS VIZINHOS-PR, INCLUSIVE PROJETO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAL E DEMAIS PROJETOS DE MELHORAENTO DO SISTEMA VIARIO DE ACESSO AO PERIMETRO URBANO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

Com o objetivo de promover o desenvolvimento local, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e garantir a prestação de serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, é papel dos governantes a busca por recursos. Esses recursos possibilitam investimentos em projetos e obras que estimulam a economia, geram empregos e atendem às necessidades da população, além de reduzir desigualdades e fortalecer a gestão pública. Diante disso, o município pleiteou junto ao Governo Estadual a liberação de recursos para realização do tão importante “Contorno Sul”, mas para que aconteça a liberação dos recursos, o município deve apresentar o projeto o quanto antes.

O projeto a ser contratado trata-se de uma adequação geral dos acessos ao perímetro urbano do município de Dois Vizinhos- PR, em especial, desenvolver o projeto de pavimentação que desviará o fluxo da PR-281 no entroncamento com a PR – 473 que dá acesso ao município de Cruzeiro do Iguaçu, ligando até a PR-281 o entroncamento com a PR –473 que dá acesso ao município de Verê (nomeado no croqui como trecho 02). O município pretende no trecho 01 do projeto a duplicação da via existente que fará a interligação com o trevo de acesso ao Parque Industrial próximo a PR – 473, saída para Cruzeiro do Iguaçu (trecho 03). Pretende-se ainda, a elaboração de um projeto de via marginal que interligará do trevo que dá acesso ao município de Verê até a universidade UNISEP de Dois Vizinhos – PR.

A contratação de uma empresa especializada para o desenvolvimento do projeto de engenharia é justificada pela necessidade de maior eficiência e especialização técnica. Os engenheiros do município estão sobrecarregados com outras funções cruciais, como manutenção da infraestrutura urbana, fiscalização de obras públicas e elaboração de projetos. Essa alta demanda impede a dedicação integral ao projeto, comprometendo os prazos e a qualidade do resultado.

Além disso, o projeto exige conhecimentos específicos e equipamentos que a equipe municipal não possui, o que demandaria treinamento adicional e a aquisição de novos recursos, elevando os custos e aumentando o tempo de



execução. Por outro lado, a empresa contratada trará experiência consolidada em projetos similares, o que possibilita uma abordagem mais assertiva e soluções técnicas de ponta, adaptadas às necessidades do município.

A terceirização também garante agilidade, pois a empresa poderá alocar recursos humanos e materiais exclusivamente para o projeto, sem as distrações típicas das rotinas administrativas. Isso assegura o cumprimento de prazos, a otimização dos recursos públicos e a entrega de um projeto que atenda plenamente às exigências legais e normativas.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Informamos que o referido objeto não está previsto no Plano Anual de Compras, por se tratar de um recurso esporádico, com aporte financeiro de outras entidades e, portanto, não previsto dentro do plano anual de compras desta municipalidade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

O requisito para contratação será detalhado no Termo de Referência, que servirá de base para o processo licitatório, a ser realizado na modalidade de concorrência, utilizando o critério de técnica e preço. A avaliação incluirá, além dos aspectos técnicos, uma análise criteriosa dos preços apresentados, visando garantir a melhor proposta para o atendimento das necessidades do projeto. Garantindo a precisão e qualidade na definição dos requisitos e na condução de todo o procedimento.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Projetos de interseção Trevos e obras de arte especial (Viadutos).

Interseção 01 – Projeto de Interseção (trevo) munido de obra de arte especial (Viaduto), localizado entre o entroncamento da PR-281 e o contorno oeste que dá acesso a PR 473, nas coordenadas 289836.92 m E; 7148178.17 m S, nesta a contratação pretende a substituição do trevo existente pela implantação de um viaduto em estruturas de concreto armado juntamente com o projeto da interseção, afins de facilitar e melhorar a mobilidade e o acesso do fluxo veicular local redirecionado os mesmo as rodovias disponíveis.

Interseção 02 – Projeto de Interseção (trevo) munido de obra de arte especial (Viaduto), localizado na PR -281 aproximadamente o km 82, nas coordenadas aproximadas 295081.40 m E; 7145638.56 m S. a implantação deste viaduto visa



fazer a destruição do fluxo veicular da PR – 281 que trafegará pelo trecho 02 denominado contorno sul, destinado este fluxo para outras localidades e municipalidades.

Interseção 03 – Projeto de Interseção (trevo) munido de obra de arte especial (Viaduto), localizado no entroncamento da PR-281 com a PR 473 (acesso a Vêre), nas coordenadas aproximadas 295936.64 m E; 7145895.66 m S. neste será substituído o trevo existente por uma interseção munida de viaduto, que visa a interligação e destinação veicular com mais segurança e agilidade para o trânsito local.

Interseção 04 – Projeto de Interseção (trevo), localizado nas proximidades da UNISEP, nas coordenadas aproximadas 294190.86 m E; 7147616.45 m S. neste será implantado uma interseção (trevo), que visa a interligação da via marginal Trecho 03 fazendo e destinação veicular nos loteamentos industriais as margens da PR 281, com mais segurança e agilidade.

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Solução 01: Elaboração do projeto pelo corpo técnico da prefeitura: Conforme dito anteriormente essa solução não é a mais viável, pois os engenheiros do município estão sobrecarregados com outras funções cruciais, como manutenção da infraestrutura urbana, fiscalização de obras públicas e elaboração de projetos. Essa alta demanda impede a dedicação integral ao projeto, comprometendo os prazos e a qualidade do resultado.

Solução 02: Contratação de empresa especializada para elaboração do projeto: Trata-se de um projeto que requer conhecimentos técnicos específicos e acesso a tecnologias que a equipe municipal não possui, o que implicaria em custos adicionais com treinamentos e aquisição de equipamentos. A empresa contratada possui experiência comprovada em projetos semelhantes, o que garante maior eficiência, qualidade e conformidade com as normas técnicas e legais. A terceirização também permite uma execução mais rápida, pois a empresa poderá mobilizar equipes especializadas e focadas exclusivamente no projeto, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos. Dessa forma, a contratação externa se apresenta como a alternativa mais viável e vantajosa para o município, assegurando um melhor uso dos recursos públicos e uma solução técnica mais adequada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para essa contratação é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de que é necessária a contratação de uma empresa especializada e que dispoe da tecnologia e dedicação exclusiva para elaboração dos projetos, em razão de sua complexidade e necessidade de entrega em um tempo menor, para que o recurso para a futura obra seja liberado pelo Governo Estadual.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Não se pretende realizar a divisão do objeto por meio de grupos, cotas ou lotes, em razão da natureza do objeto por se tratar de projetos complexos e que se complementam, a separação dos serviços pode comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados, uma vez que várias empresas poderiam ser responsabilizadas por má execução de um grupo de serviços específicos. Outro fator que colabora para que não haja subdivisão dos serviços em grupos específicos é que conclusão efetiva dos mesmos, pois atrasos de quais quer etapa pode acarretar em paralizações e atrasos na conclusão de outras etapas.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A contratação de uma empresa especializada para o desenvolvimento do projeto de engenharia oferecerá benefícios significativos, como maior agilidade na execução, devido à mobilização exclusiva de equipes e recursos específicos, além de garantir um elevado padrão técnico, com soluções alinhadas às normas vigentes. Também representará uma economia de recursos, evitando custos extras com treinamentos e aquisição de equipamentos, permitindo que os engenheiros do município continuem focados em outras atividades essenciais, como fiscalização e manutenção de infraestrutura. Além disso, a experiência da empresa contribui para uma melhor gestão de riscos, assegurando um projeto mais seguro e bem planejado, com otimização dos recursos públicos e cumprimento dos prazos estabelecidos.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas.

O gestor, fiscal técnico e seu suplente e o fiscal administrativo designados para o contrato são servidores experientes, estarão lotados na secretaria de planejamento e não terão dificuldade na fase de execução contratual uma vez



que este tipo de serviço é rotineiro e comum, sendo que os mesmos serão indicados no Termo de Referência desta contratação.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Juscelino Thomazi
Fiscal Técnico:	Juscelino Thomazi
Suplentes:	Raul Zanella

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Diante das razões expostas, não há a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Não foram constatados possíveis impactos ambientais para a natureza do objeto.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento deste produto, uma vez que entendemos que este serviço deve ser executado por empresa devidamente qualificada e com boas referências.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Os projetos deverão ser entregues juntos até o final da execução, conforme o cronograma estimado.



15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Concorrência

Critério de julgamento: Técnica e preço

Modo de disputa: Fechado

O julgamento das propostas será realizado com base na combinação de técnica e preço, conforme previsto no artigo 36, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

A avaliação será composta por dois elementos:

- Nota Técnica (NT) – Avaliação da qualidade da solução proposta, conforme os critérios estabelecidos.
- Nota de Preço (NP) – Avaliação do valor ofertado pela empresa.

A Nota Final (NF) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NF = (7 \cdot NT + 3 \cdot NP) / 100$$

A nota técnica (NT) será composta da seguinte forma: $NT = (\text{Item A} + \text{Item B}) \cdot 0,7$, onde a pontuação total de cada item será somada e, em seguida, multiplicada por 0,7, correspondente ao peso atribuído à avaliação técnica no total da pontuação do edital.

A nota da proposta (NP) será atribuída de acordo com a seguinte metodologia: a empresa que apresentar o maior desconto e oferecer a proposta mais vantajosa em termos financeiros receberá 100 pontos. As demais empresas terão suas pontuações ajustadas conforme sua posição no ranking proporcionalmente.

Critérios para Avaliação de Preço (NP - Nota de Preço)

A nota de preço será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$NP = (PM / PO) \times 100$$

Onde:

- NP = Nota de Preço
- PM = Menor preço ofertado entre as propostas válidas
- PO = Preço ofertado pela empresa avaliada



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica.

Dois Vizinhos, 28 de março de 2025.

Carlos Eduardo Mangini
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP